

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 3 de maio de 1989

PROCESSO Nº 08000-004.346/89/MJ - GUSTAVO ADOLFO STROESSNER MORA

"Com fundamento nos elementos de instrução, DEFIRO o pedido de asilo político feito pelo estrangeiro GUSTAVO ADOLFO STROESSNER MORA".

(Of. nº 53/89)

OSCAR DIAS CORRÊA

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 10 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 240 - Conceder autorização para compra de munições à empresa MINAS-FORTE CURSOS DE SEGURANÇA S/A, CGC nº 25.299.785/0001-76 (Processo MJ nº 08350-0757/89), especializada em curso de formação de vigilantes, conforme Portaria MJ nº 437, de 10 de agosto de 1988, em estabelecimento comercial no Estado de MINAS GERAIS. As munições nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado de MINAS GERAIS devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 5.822 cartuchos calibre 38, 8.177 cartuchos calibre 22 e 1.266 cartuchos calibre 12, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 75.313 - 04-05-89 - NCz\$ 52,15)

PORTARIA DE 19 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 262 - Conceder autorização para compra de armas e munições à empresa MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CGC nº 87.134.086/0001-23 (Processo MJ nº 08430-2913/89), especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 039, de 12 de fevereiro de 1987, em estabelecimento comercial no Estado do RIO GRANDE DO SUL. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado do RIO GRANDE DO SUL devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 50 revólveres calibre 38 e 500 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 75.231 - 04-05-89 - NCz\$ 52,15)

PORTARIA DE 20 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 265 - Conceder autorização para funcionamento à empresa GUARDA URBANA PONTAGROSSENSE, SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CGC nº 77.026.193/0001-84, (Proc. MJ nº 08385-3903/87), especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do PARANÁ.

(Nº 75.228 - 04-05-89 - NCz\$ 44,70)

KURT PESSEK

PORTARIA DE 25 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas

à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 268 - Conceder autorização para compra de armas e munições à empresa PROSECUR S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES, CGC nº 87.253.902/0001-18, (Processo MJ nº 08430 - 08429/88), especializada em prestação de serviços de transporte de valores, conforme Portaria MJ nº 021, de 23 de Janeiro de 1986, em estabelecimento comercial no Estado do RIO GRANDE DO SUL. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado do RIO GRANDE DO SUL devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 15 pistolas semi - automáticas calibre 9mm curto; 04 cábarinas de repetição calibre 38; 300 cartuchos calibre 9mm curto e 50 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 75.239 - 04-05-89 - NCz\$ 52,15)

PORTARIA Nº 269, DE 26 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

1. Punir no Estado de GOIÁS com base no art. 23, da Lei Federal 7.102, de 20/06/83, a empresa COLIGO - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, Processo nº 000972/89, CGC nº 03.691.466/0001-79, com a multa de 40 (quarenta) vezes o Maior Valor de Referência vigente no País por desídia na guarda de armas e munições concorrendo para o roubo de 19 revólveres calibre 38, marca TAURUS, 130 cartuchos do mesmo calibre, e substituição indevida de vigilante em serviço por funcionário de empresa de serviços gerais, despreparado, isto é, sem curso de formação de vigilante. A empresa deverá informatizar no SINAÉ a ocorrência referente ao roubo de armas e/ou munições e manter um permanente serviço de plantão em sua sede a fim de impedir a repetição de fatos dessa natureza.

KURT PESSEK

PORTARIA Nº 278, DE 28 DE ABRIL DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

1. Punir no Estado da BAHIA com base no art. 23, da Lei Federal 7.102, de 20/06/83, a empresa SEV - SERVIÇO ESPECIAL DE VIGILÂNCIA LTDA, Processo S/N, CGC nº 15.673.338/0001-81, com a multa de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência vigente no País, por contratar vigilantes sem curso

KURT PESSEK

(Of. nº 1.506 e 1.094/89)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 154ª REUNIÃO ORDINÁRIA (28.03.89) MANHÃ

As dez horas do dia vinte e oito de março de mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, sob a presidência do Professor RUY DA COSTA ANTUNES, Conselheiro-Presidente em exercício, presentes os seguintes membros: Professores JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, Doutores JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES e LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY. Ausentes justificadamente os Conselheiros Professores RENÉ ARIEL DOTTEI, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e Doutor MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO. Presentes à reunião o Doutor PAULO ROBERTO CANÇADO DE AMORIM, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça, em exercício, e HENRIQUE NEVES MARIANO, seu assessor. Verificada a existência de "quorum", o Senhor Presidente deu início aos trabalhos pelo item I da Pauta, com votação e aprovação, por unanimidade, das atas das reuniões anteriores (152ª e 153ª). Em seguida, o Senhor Conselheiro Presidente passou ao item II da Ordem do Dia, que tratava da revisão do Calendário de reuniões do Conselho para o ano de 1989, o que, colocado sob votação, foi aprovado da seguinte forma: as reuniões ordinárias do Colegiado serão realizadas, doravante, uma vez por mês, às terças-feiras, sendo a próxima no dia vinte e cinco de abril. As reuniões subsequentes serão nos dias 30 de maio, 27 de junho, 25 de julho, 29 de agosto, 26 de setembro, 31 de outubro e 21 de novembro de 1989. III- Visita de inspeção realizada da nos dias 6, 7 e 8 de março de 1989, ao sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso - pelo Conselheiro JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES. Expostos, no relatório, a gravidade dos episódios ocorridos no sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso, em especial, os eventos de Rondonópolis, assim como seus problemas e necessidades, com apresentação de 19 documentos, inclusive fotografias, recomendou o Conselheiro Relator a adoção das seguintes providências: "1- oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário